

## **Grupo Globo *versus* Projeto CIEP: o comportamento crítico do jornal *O Globo* em relação ao I PEE-CIEP**

### ***Grupo Globo versus CIEP Project: the critical behavior of the newspaper O Globo towards the I PEE-CIEP***

### ***Grupo Globo versus Proyecto CIEP: el comportamiento crítico del periódico O Globo en relación al I PEE-CIEP***

André de Souza Lemos<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-6068-8642>

Máximo Augusto Campos Masson<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-7205-3871>

<sup>1</sup> Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Rio de Janeiro – Brasil. E-mail: andredrelemos@gmail.com.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Rio de Janeiro – Brasil. E-mail: maxmasson@uol.com.br.

## **Resumo**

O artigo analisa o comportamento crítico do Grupo Globo em relação ao Projeto CIEP (Primeiro e o Segundo Programa Especial de Educação dos Centros Integrados de Educação Pública [I e II PEE-CIEP]), implementado, respectivamente, nos dois governos do Leonel Brizola no Rio de Janeiro (1983-1987 e 1991-1994). Emprega-se como referencial teórico a perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu, correlata à teoria de campo social, com o objetivo de identificar, nos determinantes do comportamento crítico do Grupo Globo frente ao Projeto CIEP, fatores para a expansão da empresa no campo do poder, visando ao domínio da indústria cultural nacional e vice-versa. A metodologia utilizada envolveu o levantamento das notícias de *O Globo* em relação ao I PEE-CIEP a partir do acervo digital do próprio jornal, e a contextualização dos condicionantes do conflito de interesses que repercutem no II PEE-CIEP. Os resultados da pesquisa evidenciam um comportamento crítico do Grupo Globo, com o significado mais geral direcionado à produção de narrativas restritivas à gestão pública, com vistas a desqualificar a proposta político-pedagógica do Projeto CIEP.

**Palavras-chave:** Projeto CIEP. Grupo Globo. Campo social.

## **Abstract**

*The article analyzes the critical behavior of Grupo Globo towards the Projeto CIEP (Primeiro e o Segundo Programa Especial de Educação dos Centros Integrados de Educação Pública [I e II PEE-CIEP]), implemented respectively in the two governments of Leonel Brizola, in Rio de Janeiro (1983-1987 and 1991-1994). Pierre Bourdieu's sociological perspective is used as a*



*theoretical reference, correlated to social field theory. With the aim of identifying the determinants of Grupo Globo's critical behavior in relation to the Projeto CIEP, factors for the company's expansion in the field of power, aiming at dominating the national cultural industry and vice versa. The methodology carried out a survey of the news from the newspaper O Globo in relation to the I PEE-CIEP, based on O Globo's own digital collection. And it contextualized the constraints of the conflict of interests that inherently reverberate in the II PEE-CIEP. The research results show a critical behavior by Grupo Globo, with the most general meaning directed to the production of restrictive narratives to public management, aiming to disqualify the political-pedagogical proposal of the Projeto CIEP.*

**Keywords:** *Projeto CIEP. Grupo Globo. Social field.*

### **Resumen**

*El artículo analiza el comportamiento crítico del Grupo Globo en relación al Projeto CIEP (Primeiro e Segundo Especial de Educação dos Centros Integrados de Educação Pública [I e II PEE-CIEP]), implementado respectivamente, en los dos gobiernos de Leonel Brizola en Río de Janeiro (1983-1987 y 1991-1994). Se utiliza como referente teórico la perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu, correlacionada con la teoría del campo social, con el objetivo de identificar, en los determinantes del comportamiento crítico del Grupo Globo en relación al Projeto CIEP, factores para la expansión de la empresa en el campo del poder con fines de de dominar la industria cultural nacional y viceversa. La metodología utilizada fue un levantamiento de las noticias de O Globo en relación al I PEE-CIEP a partir de la colección digital del propio periódico, y la contextualización, los límites del conflicto de intereses que repercuten en el II PE -CIEP. Los resultados de la investigación muestran un comportamiento crítico por parte del Grupo Globo, con el sentido más general dirigido a la producción de narrativas restrictivas a la gestión pública, con el objetivo de descalificar la propuesta político-pedagógica del Projeto CIEP.*

**Palabras clave:** *Projeto CIEP. Grupo Globo. Campo social.*

## **1 Introdução**

O presente artigo científico tem como objeto de análise o comportamento crítico do Grupo Globo diante do Primeiro Programa Especial de Educação dos Centros Integrados de Educação Pública (I PEE-CIEP), implantado no primeiro governo de Leonel Brizola (1983-1987) no Rio de Janeiro. Trata-se quase de uma antologia, tendo em vista que, ao revisitar e ampliar o referido conflito nesse contexto histórico, pode-se considerar que se efetivou um verdadeiro confronto entre o Grupo Globo e o Projeto CIEP<sup>1</sup>. Será demonstrado, neste estudo, que tal comportamento crítico foi expresso especialmente no jornal *O Globo*, por ser notória e densa a quantidade de notícias sobre o objeto em análise.

---

<sup>1</sup> O termo engloba o I e o II PEE-CIEP, este último reimplementado pelo segundo Governo Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, entre 1991 e 1994, período que alcança ao menos 507 unidades de CIEP.

Somado ao fato conflitante, existe o condicionante de declarações manifestadas pelo próprio fundador das Organizações Globo, o jornalista e empresário Roberto Marinho, dirigidas criticamente ao governo e ao governador Leonel Brizola. Por consequência, cristalizou-se um embate político-midiático promovido por uma empresa privada, então já a principal expressão da indústria cultural brasileira e dominante no campo telejornalístico<sup>2</sup>, direcionado a um programa de educação básica, público, laico, pedagogicamente emancipado, com orçamento inédito e com declarado objetivo de atender às classes populares.

O I PEE-CIEP (1985-1987) teve por coordenador (e um dos idealizadores) o sociólogo e antropólogo Darcy Ribeiro<sup>3</sup>, que foi eleito para vice-governador e nomeado presidente da Comissão de Educação e Cultura no governo Leonel Brizola, tendo ao lado e compondo a coordenação educacional Iara Vargas<sup>4</sup>, nomeada Secretária Estadual de Educação, e Maria Yedda<sup>5</sup>, nomeada Secretária Municipal de Educação. No “Livro Preto”, como era conhecido *O Livro dos CIEPs*, publicado em 1986, é demonstrado que o foco primordial do I PEE era o combate ao analfabetismo, que, segundo o Censo Nacional daquele período, alcançava 26% da população – cerca de 19 milhões de pessoas. O livro é enfático na crítica ao sistema educacional brasileiro e visto como antipopular e responsável pelo analfabetismo: “Só queremos adiantar agora que a razão causal verdadeira não reside em nenhuma prática pedagógica. Reside, isto sim, na atitude das classes dominantes brasileiras com o nosso povo” (Ribeiro, 1986, p. 13).

Um dos indicativos motivacionais do conflito é que o Grupo Globo tinha, nas suas críticas ao I PEE-CIEP, uma das ações para ascensão empresarial e avanço na imbricação com a indústria cultural nacional, com base na contextualização política e na trajetória histórica do campo cultural e do campo educacional, tendo como sinalização factual e concreta a opção do Grupo Globo pela oposição aberta ao governo de Leonel Brizola (1983-1987). É possível demonstrar que o Grupo Globo se apropriou da realidade de um problemático campo político e da complexidade do contexto da implantação e superdimensionou o I PEE-CIEP publicitariamente, caracterizando-o como uma experiência de gestão educacional negativa.

<sup>2</sup> Atualmente, como informa o *site* do Grupo Globo: “Sua produção nas áreas de Jornalismo, Esporte e Entretenimento atinge 99,6% da população, e a programação de seus canais lineares atinge mais de 100 milhões de brasileiros todos os dias”. Disponível em: <https://grupoglobo.globo.com>. Acesso em: 26 out. 2021.

<sup>3</sup> Importante lembrar que o Darcy Ribeiro foi Ministro da Educação no governo de transição de João Goulart (1962-1963) e, no presidencialismo, foi Ministro da Casa Civil de 1963 até o Golpe Militar (abril de 1964).

<sup>4</sup> Iara Vargas é sobrinha de Getúlio Vargas, foi amiga de Leonel Brizola nos idos de formação escolar, e assessora de Maria Teresa Goulart. Teve seu mandato de deputada estadual cassado em 1969, pela ditadura militar, e retornando como deputada estadual mais votada em 1982, no Rio de Janeiro.

<sup>5</sup> Maria Yedda é a primeira mulher livre docente do Brasil, e possuía fortes referências no antigo Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB.

Esse ímpeto de poder do Grupo Globo, inclusive se comportando como instituição líder de uma visão (ou consórcio) empresarial privada (e privatista), passa impreterivelmente pela ordenação social e mostra que, no tocante a esse conflito, adentrou o futuro político do governo do Rio de Janeiro.

Para tanto, o referencial analítico parte da sociologia do conhecimento e da sociologia política, em uma perspectiva marxista, por considerar elementar a interpretação das relações sociais e de poder mediante a contextualização histórica, com a premissa de que tais relações são objetificadas por determinações sociais. Nesse contexto, o teórico principal com o qual se dialoga é o francês Pierre Bourdieu, para que se possa investigar com maior profundidade, entre outros, o ofício do jornalismo, seja via campo social, seja como formador de opinião.

É possível sintetizar, com Bourdieu (2008), que, entre a classe dominante, incorporada dos capitais cultural, econômico e social, e a classe dominada, dependente da venda de força de trabalho e com “capitais” dissuadidos, opera-se o poder simbólico ao incidir no *habitus* de classe (dos agentes sociais) em um determinado campo social. Tendo como elos a relação entre as estruturas sociais objetivas e a subjetividade dos indivíduos, ou seja, a partir de campos sociais delimitadores de escolhas e ações concretas dos indivíduos, o que, por consequência, envolve diretamente a opinião (ou o modo de pensar), ainda que numa dimensão social flexível.

Assim, a proposta metodológica deste artigo utiliza uma pesquisa (documental) descritiva e explicativa das notícias do jornal *O Globo* em relação ao I PEE-CIEP, que, em termos de técnicos, cristalizou-se nas formas qualitativa e quantitativa na forma de abordagem e de modalidade teórica na forma de análise. Realizou-se a análise das 1.543 notícias do jornal *O Globo*<sup>6</sup> encontradas pela referida pesquisa entre 25 de julho de 1984, data da primeira notícia sobre o I PEE-CIEP e ano em que foi anunciada a implantação, até 15 de março de 1987, último dia do primeiro governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro, todas acessadas por meio do acervo digital de *O Globo*. O objetivo geral é demonstrar que o Grupo Globo incorporou esse conflito com vistas ao domínio da indústria cultural, sendo esse o determinante do seu comportamento crítico. Entre os objetivos específicos encontram-se a investigação quanto à formatação e à “hierarquização” dos campos sociais envolvidos, pois, de certa forma, o Grupo Globo e o Projeto CIEP se situavam (ou situam) em lados opostos quanto à visão de mundo em seus escopos institucionais.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 26 out. 2021.

## 2 Perspectivas sociológicas: conflitos e interseções em campos sociais

Pelas observações introdutórias, depreende-se que as referências teóricas maiores envolvem as proposições sociológicas de Pierre Bourdieu sobre os campos e práticas sociais. Por consequência, são desenvolvidas algumas hipóteses para a presente investigação, entre as quais a principal é de que o I PEE-CIEP, mesmo indiretamente, entrava em conflito com os interesses do Grupo Globo quanto às possibilidades de continuidade e aumento do seu sucesso na oferta de “produtos da indústria cultural”. Para tanto, a análise teórica priorizou esforços no levantamento dos elementos das críticas feitas pelo Grupo Globo, objetivando apreender os possíveis determinantes dessas críticas.

A teoria social de Pierre Bourdieu busca compreender a relação entre sociedade (feita de estruturas sociais) e o indivíduo (agente social) por meio dos conceitos de *habitus* de classe, campo social e capitais (em suas diferentes modalidades e tipos), concentrando-se na superação da antinomia que atravessa metodologicamente toda a trajetória das ciências sociais entre estrutura e agente e nas formas específicas de constituição das classificações da realidade pelos indivíduos (a construção de suas “consciências”) por força de processos de socialização. Essas classificações são correlatas, também, pela tipologia do consumo de produtos culturais, e, para esta investigação, inclui-se saber como a indústria cultural engendra a preferência, ou, mais diretamente, o “gosto” dos indivíduos.

Em síntese, na teoria “bourdieusiana”<sup>7</sup>, o conceito de *habitus* de classe está estreitamente ligado à teoria do campo social, na condição de que “*habitus* (capital) + campo = prática social” (Bourdieu, 2008, p. 97), em que o campo social é considerado um sistema de relações sociais que são relativamente independentes umas das outras e que contêm seus próprios sistemas simbólicos (ou violência simbólica). “A cada momento, é o estado de relações de poder entre os jogadores que define a estrutura do campo” (Bourdieu; Wacquant, 2005, p. 152), como sendo análogo a um jogo social, traduzindo uma realidade social que se configura em distinção de classes, legitimadora da dominação de classe e da violência simbólica por intermédio das práticas sociais.

<sup>7</sup> Cabe registrar que Pierre Bourdieu dialoga com um escopo abrangente das ciências sociais e humanas, destacando mais precisamente o caráter científico. Nas quais possui como referência, em destaque, as três matrizes da sociologia, onde extrai principalmente: de Karl Marx, as relações de classes sociais; de Émile Durkheim, o conformismo lógico; e de Max Weber, o racionalismo institucional. Numa perspectiva histórica e dialética que rejeita categoricamente qualquer aproximação com a fenomenologia de caráter metafísico (não social) por considerar subjetivista, e com o positivismo por considerar objetivista (mecanicista).

Quanto à importância do “conhecimento” nas relações e estrutura sociais, Bourdieu apresenta uma reflexão respaldado em Marx, como demonstrado no trecho: “[...] trata os diferentes universos simbólicos, mito, língua, arte, ciência como instrumentos de conhecimento e de construção do mundo dos objetos, como – formas simbólicas – do conhecimento, como nota Marx (Teses sobre Feuerbach), o – aspecto ativo – do conhecimento” (Bourdieu, 1989, p. 8). Para melhor entendimento, a temática é abordada da seguinte forma:

(...) seguindo o programa sugerido por Marx, em suas Teses sobre Feuerbach, ele visa tornar possível uma teoria materialista do conhecimento que não abandona nas mãos do idealismo a noção de que todo conhecimento, seja ele mundano ou acadêmico, pressupõe um trabalho de construção. Mas enfatiza o fato de que este trabalho não tem nada em comum com o trabalho intelectual, e consiste em uma atividade de construção prática, de reflexão mesmo prática, que noções comuns de pensamento a consciência e conhecimento nos impedem de apreender adequadamente (Bourdieu; Wacquant, 2005, p. 181).

Assim, as práticas presentes nos processos escolares se constituem em elemento fundamental para a ocorrência de formas de distinção social. Como Bourdieu (2008) demonstrou, a posse de capital cultural institucionalizado (certificados escolares, diplomas universitários) oferece legitimidade pela formação atribuída à presença dos agentes sociais em determinadas posições nos campos sociais, contribuindo, mesmo que indiretamente, para o consentimento da maioria dos agentes sociais à ordem social existente, ou seja, às relações entre dominantes e dominados. Na sociedade brasileira, relações entre posse de capital cultural e posição de classe se manifestam de forma bastante explícita – pelo fato de que a “educação básica” dos dominantes ocorre de forma quase universal em instituições particulares. Em situação inversa, a maioria dos socialmente dominados é alocada em redes públicas de ensino que apresentam significativas debilidades, dificultando a apropriação de capital cultural legítimo, como a seguir:

(...) o sistema escolar, com as ideologias e os efeitos gerados pela autonomia relativa, é para a sociedade burguesa em sua fase atual o que as outras formas de legitimação da ordem social e de transmissão hereditária dos privilégios foram para as formações sociais que diferiam tanto pela forma específica das relações e dos antagonismos entre as classes quanto pela natureza do privilégio transmitido (Bourdieu; Passeron, 1992, p. 217).

A afirmação dos efeitos de dominação de classe – e de sua contínua reprodução – decorrentes das práticas predominantes no Estado moderno possibilita, quanto a esse aspecto, aproximar as análises de Bourdieu das considerações de Gramsci sobre a dualidade dos sistemas de ensino. Para Gramsci (2016), o dualismo escolar se materializaria pela divisão referente à modalidade de currículo: a “cultura geral” reservada para as “classes dominantes”; e a cultura “técnico-profissionalizante”, para as “classes instrumentais”, dominadas. Procedimentos presentes nas instituições de ensino, de modos aparentemente não discricionários, propiciariam legitimar o modo (capitalista) de divisão social do trabalho, pois “a função mais dissimulada e mais específica do sistema de ensino consiste em esconder sua função objetiva, isto é, dissimular sua verdade objetiva de sua relação com a estrutura das relações de classes” (Bourdieu; Passeron, 1992, p. 216).

Particularmente nas sociedades capitalistas, a distinção social e o correlato domínio social apresentaria estreita relação com os processos de escolarização, evidenciando alta funcionalidade, pois, “sem dúvida alguma, é a instituição escolar que, mais do que nenhuma outra, legitima e reproduz a hierarquia cultural” (Bourdieu, *apud* Bonnewitz, 2002, p. 111). Entende-se que as relações entre o campo educacional e o campo da produção de bens culturais passam a ser cada vez mais significativas para a compreensão das dinâmicas presentes nas sociedades modernas, sobretudo em virtude das transformações ocorridas desde o final do século XIX na produção – e no consumo – de bens culturais. Nesse sentido, é possível dizer metaforicamente que há “interseções” entre campos – e entre esses dois campos em especial –, fazendo que, mesmo que indiretamente, mudanças ocorridas em um deles provoquem efeitos sobre o outro.

Nessa dinâmica societal com campos sociais interrelacionados, é preciso salientar a presença do campo do “midiático” como um mediador (*influencer*) até para os serviços de publicidade de oferta de bens culturais. Para efeito de reflexibilidade, considera-se o seguinte trecho:

(...) o universo do jornalismo é um campo, mas que está sob pressão do campo econômico por intermédio do índice de audiência. E esse campo heterônomo, muito fortemente sujeito às pressões comerciais, exerce, ele próprio, uma pressão sobre todos os outros campos, enquanto estrutura (Bourdieu, 1997, p. 177).

É dispensável qualquer dúvida quanto à necessidade do levantamento do interesse econômico e, por consequência, à determinação do campo econômico nas manifestações do referente ao objeto de análise desta pesquisa: o conflito Grupo Globo *versus* Projeto CIEP. O trecho citado elucida uma síntese relacional que envolve, uma vez mais, a teoria de campos de Bourdieu, alocando o campo econômico numa hierarquia de influência ou imposição sobre outros campos, sendo o midiático um instrumento de realização sobre outros campos. Evidentemente, o autor não está fazendo uma generalização do ofício do jornalismo ou do(a) jornalista, mas daqueles que cumprem determinados serviços em que falta autonomia para o livre pensamento ou deliberadamente em caráter ideológico, e isso fica entendido quando se salienta o problema das pressões comerciais inerentes aos tratos e aos produtos desse jornalismo circunscrito na imprensa oficial ou convencional.

Um modelo pedagógico alternativo que pudesse evitar a exclusão ou a legitimação do “fracasso” intelectual não é apresentado por Bourdieu em *A Reprodução*, elaborado em conjunto com Passeron, mas, em obra anterior, *Os herdeiros* (publicado na França em 1964 e, no Brasil, em 2009). Os dois autores vislumbram a possibilidade de uma “pedagogia racional”, que atentasse sem preconceitos do senso comum para a desigualdade de capital cultural de diferentes tipos de estudantes e estivesse fundada em um exercício de relações recíprocas entre professores e alunos. O objetivo seria difundir e possibilitar a apropriação de capital cultural legítimo por estudantes que não o teriam originalmente herdado por socialização familiar, combatendo a desigualdade de classe, algo, por sua vez, somente efetivamente possível por meio daquilo que os autores denominam “democracia real”.

### 3 Trajetórias e considerações: Grupo Globo e Projeto CIEP

Destaca-se aqui uma breve análise das trajetórias do Grupo Globo e do Projeto CIEP, relacionando o primeiro à indústria cultural e o segundo, à educação popular, para se apresentar um pré-ângulo do contexto histórico do conflito e demonstrar algumas situações curiosas, que certamente participam como determinantes das críticas do Grupo Globo ao Projeto CIEP. Para começar, é possível dizer que a fomentação da indústria cultural de forma pujante teve início na Revolução de 1930, na Era Vargas, tendo como símbolo maior a fundação da Rádio Nacional do Rio de Janeiro<sup>8</sup> em 1936, período no qual o Grupo Globo era germinal e se apresentava

<sup>8</sup> A Rádio Nacional foi fundada pelo jornal A Noite, em 12 de setembro de 1936, após a saída do Irineu Marinho, um de seus antigos sócios, em 1925, para fundar o jornal O Globo. O jornal A noite então dirigido pelo jornalista



paralelamente em meio a outras iniciativas. É possível afirmar também que o germe da educação popular em nível de Estado, e até mesmo o ensaio do Projeto CIEP, começou no mesmo período, sendo seus símbolos maiores as iniciativas preconizadas pelo educador Anísio Teixeira, nomeado Secretário da Educação do Rio de Janeiro, em 1931, e signatário líder do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova<sup>9</sup>, lançado em 1932.

Dessa forma, torna-se visível para uma observação inicial a estruturação dos campos sociais da cultura e da educação nas suas respectivas trajetórias que transpassam as dualidades para as quais são objetivadas. A contradição da forma de acesso favorece privilégios em ambos os campos, embora em um período de modernização do Estado, como uma tentativa de alteração dessas trajetórias duais, em que havia uma política pró-desenvolvimento nacional cristalizada, sobretudo no segundo governo do Getúlio Vargas, que incentivava a defesa de uma indústria cultural de capital nacional e a implantação de uma educação pública e laica em oposição a um modelo conservador e vinculado ao modelo político da República Velha, com traços aristocráticos.

Trata-se de trajetórias seculares, portanto, mais uma vez, é necessário observar a ordem político-econômica mundial, na qual, para o Brasil, que vivenciou desde o seu surgimento a espoliação colonial e, a partir da década 1930, obtém uma significativa alteração na relação país-mundo, apesar de todos os efeitos da Segunda Guerra Mundial, principalmente pelo fato de os EUA se tornarem os novos mandatários do capitalismo global. Sob a égide do *welfare-state*, criaram-se condições para que, no Brasil, fosse sobreposto o ideal de “nacional desenvolvimentista”, que já era relativamente um dos princípios da Revolução de 1930 e que, na governança da década de 1950, esteve sob toda sorte de conjunturas políticas com ameaças à democracia até chegar ao Golpe Militar de 1964.

É justamente no início da década de 1960 que se pode observar mais acentuadamente a sinalização de determinantes importantes do conflito entre o Grupo Globo e o Projeto CIEP, que estaria por vir na década de 1980.

Significando uma colisão de “campos sociais”, por assim dizer, e em um ano muito peculiar: 1962, no qual a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 4.024/61) foi

---

Geraldo Rocha, foi comprado em 1931 pela Companhia Estrada e Ferro São Paulo – Rio Grande, do investidor norte-americano Percival Farguhar. Que em dívida com empresas privadas acabou cedendo-a para encampação pelo governo Getúlio Vargas, via decreto-lei nº 2.073, de 8 de março de 1940. E através do qual Getúlio criou as Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União.

<sup>9</sup> O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova pode ser traduzido como primeira defesa contundente da educação pública e laica a ser fornecida pelo Estado e que incluía as camadas populares.

posta em prática, sendo promulgada em 20 de dezembro de 1961, e quando o sociólogo Darcy Ribeiro foi nomeado Ministro da Educação e Cultura, implantando o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) e um Conselho Nacional de Educação, estruturante para a educação pública. Por outro lado, 1962 é também o ano em que o Grupo Globo recebeu um investimento estrangeiro da empresa norte-americana de publicidade *Time Life* de cerca de US\$ 6 milhões até 1965, um montante quase 10 vezes maior que o patrimônio do Grupo Globo, segundo Arêas (2012, p. 67). Finalmente, o grupo pôs em prática seu desejo de emissora televisiva<sup>10</sup> em 1965, sob o estado de exceção que recepciona corporativamente a ordem político-econômica mundial neoliberal a partir da derrocada do *welfare-state* nos EUA.

Ambos os campos tiveram uma intersecção importante em termos orçamentários e que, no campo do poder, efetivou o descenso do campo educacional e a ascensão do campo da indústria cultural com capital estrangeiro via estado de exceção. Vinte anos depois, em 1982, essa crise se cristalizou em um evento político muito específico – as eleições para o governo do estado do Rio de Janeiro –, em que o Grupo Globo, claramente posicionado politicamente e aliado ao Regime Militar, escolheu um lado nas eleições estaduais ao atuar em campanha para o então candidato Moreira Franco, do Partido Democrático Social (PDS). Do outro lado, estava o candidato Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), que tinha como principal bandeira eleitoral a defesa de um projeto de educação pública, laica, integral e de qualidade, que mais tarde se chamaria I PEE-CIEP. A atuação do Grupo Globo, o maior representante midiático da indústria cultural no campo político, foi aberta, militante e influenciadora.

Ao se tomar por base o referencial teórico de análise, é possível verificar-se, no âmbito da teoria de campos sociais, em relação à indústria cultural no Brasil, o que Pierre Bourdieu considera uma homologia, que é o modo como ocorrem “todos os encontros entre a lógica da produção de bens e a lógica da produção dos gostos através dos quais se constitui o universo das coisas apropriadas, objetos, pessoas, saberes, lembranças etc.” (Bourdieu, 2008, p. 225). Tal argumentação é a demonstração que as relações sociais que constituem o *habitus* não estão meramente envolvidas em uma relação econômica de oferta e demanda de bens culturais, mas

<sup>10</sup> As ações iniciais de Roberto Marinho no setor de televisão terminaram se constituindo em longo e demorado *imbróglio*, com diversas idas e vindas. A primeira solicitação para obtenção de sinal para canal de televisão por Marinho ocorreu no final do governo Gaspar Dutra (1946-1951), em janeiro de 1951, mas foi recusada no governo de Vargas (1951-1954), que tomou posse em 31 de janeiro de 1951. A concessão de sinal para emissão televisiva ocorreria somente em julho de 1957, no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961).

em uma dinâmica de campos que formata não só a produção de bens culturais, mas também a produção de gostos que concorrem intra e entre as classes sociais.

Em termos práticos, a tipologia de indústria cultural brasileira proposta via Estado nas décadas de 1930 até meados da década de 1960 (campeã de audiência, via radiodifusão, em um período em que a televisão não era acessível) é diferente daquela apresentada a partir da década de 1970. Em resumo, tem-se a primeira e germinal sob uma perspectiva estatizada e nacionalizada, e a segunda, originada como concorrente da primeira, em uma perspectiva privada associada diretamente ao capital estrangeiro. Ambas figuram sob dependência, mas, a primeira, predisposta ao desenvolvimento nacional e, a segunda, sob toda sorte da ordem liberal. Aqui, há claramente uma alteração no campo da indústria cultural no sentido do viés da prestação de serviço, tendo como determinantes questões objetivas atreladas à hegemonia de uma fração específica da classe dominante, ou, melhor dizendo, da burguesia nacional.

Assim, na década de 1980, verificou-se outra conformação de “capital cultural”, nos sentidos estrutural e conceitual, tendo como consequência uma nova concorrência entre a “produção de bens culturais” e a “produção de gostos”, fruto de uma nova morfologia das classes sociais na qual, em termos midiáticos nacionais, o Grupo Globo surge como candidato a representante hegemônico no setor da indústria cultural para uma sociedade em transformação. Isso evidenciou um verdadeiro embate entre os campos da educação popular e da indústria cultural, sinalizando e demonstrando que o objeto aqui discutido significa também um exemplo factual de colisão de campos sociais, produzindo, entre outros fatores, o que Bourdieu considera “lutas simbólicas”.

### 3.1 Trajetória e considerações: a indústria cultural e o Grupo Globo

A desenvoltura do Grupo Globo<sup>11</sup>, em relação ao período histórico desta análise, é fortemente exposta nas eleições de 1982 quando se envolve no polêmico e conturbado processamento de votos da empresa de computação Proconsult, ligada à Marinha brasileira e ao Serviço Nacional de Informação (SNI), designada pela Justiça Eleitoral para a apuração dos votos. Mesmo durante a apuração, a emissora reportava notícias eleitorais tendenciosas para

<sup>11</sup> A trajetória do Grupo Globo tem início com a fundação do jornal O Globo, em 1925, pelo jornalista Irineu Marinho. Sendo o herdeiro, o também jornalista Roberto Marinho, o responsável por criar as Organizações Globo a partir de um conglomerado de veículos de comunicação, incluindo a Rádio Globo fundada em 1944. Com a morte do Roberto Marinho, em 2003, a empresa passa a ser dos seus três filhos (herdeiros), e em 2014 estes mudam o nome das Organizações Globo para Grupo Globo.

provocar um clima de vitória de Moreira Franco (PDS). A contagem dos votos começou pelo interior, e a capital, onde Leonel Brizola (PDT), pelas pesquisas, tinha maior aceitação, ficou por último. Ao final, por pressão da opinião pública e da coordenação de campanha, foi necessária a abertura de inquérito e auditoria, solicitados pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) à Polícia Federal (PF), e, enfim, consolidou-se a vitória de Leonel Brizola (Amorim, 2005), com 34,17% dos votos<sup>12</sup>.

Para a compreensão do que se passava em termos de contexto histórico, Fonseca (2005), ao analisar e defender que houve um “consenso pró-neoliberal” da grande imprensa forjado em meados da década de 1980, fez uma interessante exposição da trajetória do Grupo Globo naquele período, tendo como base os editoriais do jornal *O Globo*. Em sua tese, é elaborada a ideia de “governismo inveterado” para caracterizar as relações do Grupo Globo com o governo federal. Basicamente, os exemplos partem do apoio ao Regime Militar, à transição do presidenciável Tancredo Neves para o presidente José Sarney, ainda que antes flertasse com o opositor Paulo Maluf, e, posteriormente, não só o apoio, mas a construção do então candidato à presidência, o eleito Fernando Collor de Mello.

Coadunando com tal contexto, Fonseca (2005) esboça que “o jornal *O Globo* é o motor e espelho ideológico das Organizações Globo”, demonstrando que, no início do governo Sarney, os editoriais foram marcados por ambiguidades, ora defendendo, ora se opondo à intervenção do Estado, com o argumento de que ela estava marcada por autoritarismos de outrora. A Globo defendia a eficiência empresarial e a desestatização sem desnacionalização, ao tempo que produzia uma retórica pela privatização apenas das empresas “desnecessárias, improdutivas e redundantes” (Fonseca, 2005, p. 142). A realidade mostrou que essa perspectiva se dirigia principalmente para as empresas ligadas às telecomunicações, fosse para fazer *lôbi* em empresas que defendiam o investimento de capital estrangeiro, fosse pela busca de privilégios em concessões de subsidiárias.

Exemplo disso é a evolução da relação entre Roberto Marinho e Antônio Carlos Magalhães, então Ministro das Comunicações, como se verifica:

---

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www.tre-rj.jus.br/>. Acesso em: 26 out. 2021.

Em 1986, o Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, após consultar o então presidente Sarney, cancelou encomendas no valor de milhões de dólares da NEC do Brasil, cujo proprietário de 51% das ações era o grupo Brasilinvest. O cancelamento deixou o grupo em dificuldades; em outubro Roberto Marinho comprava o capital da NEC pertencente à Brasilinvest. No mesmo mês, empresas subordinadas ao ministério das comunicações normalizaram os pagamentos à NEC do Brasil. Em janeiro de 1987, Marinho demonstra sua gratidão: passava da TV Aratu para a TV Bahia, de propriedade da família Magalhães, o direito de transmitir a TV Globo no estado (Arêas, 2012, p. 90).

Segundo Fonseca (2005), o símbolo que marca a transição da postura ideológica, do pragmatismo para a agenda ultraliberal, do Grupo Globo, ainda que permutando retóricas ambíguas, é o Plano Cruzado, instituído no governo Sarney em 1986. Quando o Plano Cruzado foi anunciado, a emissora o defendeu intransigentemente, entretanto, depois do aprofundamento da crise econômica e da eleição de novos governadores, a defesa privatista dos editoriais do jornal *O Globo* se tornou mais contundente. Nos anos 1987 e 1988, período em que assume de vez a agenda ultraliberal, argumentando categoricamente essa transição, o editorial de 31 de março de 1988 declara apoio explícito e irrestrito ao decreto do Programa Federal de Desestatização.

Depois de se colocar como um agente da formatação da agenda neoliberal no Brasil e explicitamente estar no jogo político por intermédio da sua carta publicitária chamada *O Globo*, o Grupo Globo apadrinou e elegeu quem poderia ser o representante dessa agenda, Fernando Collor de Mello. “A aposta em Collor, promovendo-o e lhe dando sustentação, demonstra não apenas a fragilidade do sistema político brasileiro naquele momento como, principalmente, o enorme poder do *Sistema Globo*” (Fonseca, 2005, p. 289). Empresarialmente, o Grupo Globo, que já era a maior empresa de informação e entretenimento do Brasil, ascendeu ainda mais na década 1990, buscando atualizações tecnológicas e domínios de produção até alcançar a condição de maior conglomerado de mídia da América Latina e de uma das maiores TVs abertas do mundo.

Salienta-se, ainda, a programação televisiva da Globo como a que mais expressa sua influência na indústria cultural, área em que suas maiores concorrentes – que surgiram na década de 1970, período em que o Grupo Globo já era a maior empresa de mídia do país graças a consórcios estruturantes das telecomunicações junto ao Regime Militar (1964-1984) – sempre estiveram um passo atrás, como demonstra Dantas (1996). Na década de 1980, a concorrência reforçou a tônica da programação televisiva, enquanto a Globo apresentava programas e

personalidades que se tornaram icônicos no imaginário popular por meio de suas telenovelas, dos programas de auditório e até mesmo dos telecursos educativos.

### 3.2 Trajetória e considerações: a educação popular e o I PEE-CIEP

O Projeto CIEP teve dois formatos e contextos de implementação referendados no I PEE (1984-1987) e no II PEE (1991-1994). O primeiro, em um contexto político da redemocratização e o segundo, em um contexto político da implantação do neoliberalismo no Brasil. É possível dizer que seu princípio basilar começou a ser concretizado a partir do Encontro de Mendes, entre 26 e 27 de novembro de 1983, que aglutinou o professorado, gestores e intelectuais, estipulando metas para a educação pública do estado, entre as quais estava a implantação dos CIEPs, cujo capricho arquitetônico se deve ao consagrado arquiteto Oscar Niemeyer. A inauguração oficial ocorreu em 1985, no bairro do Catete, com o nome do CIEP em homenagem ao saudoso ex-presidenciável Tancredo Neves. Segundo Lia Faria (1991), no I PEE-CIEP, foram concluídas 127 unidades (deixando outros em obra), sendo 51 delas na capital carioca. Com o maior orçamento já visto na história do Brasil para um programa de ensino, o que ocorreu, sobretudo, em 1986, atingindo 39, 25% do orçamento do governo estadual e 43% do da prefeitura da capital do Rio de Janeiro. Foi no II PEE que se alcançou a quantidade de 507 unidades de CIEPs.

Dialogando com o livro *CIEP, uma utopia possível* (1991), da professora e ex-coordenadora pedagógica dos CIEPs Lia Faria, é possível extrair as diretrizes da proposta pedagógica, em que a autora é enfática: “na proposta político-pedagógica dos CIEPs, o objetivo integrador das disciplinas é (*sic*) a formação e o desenvolvimento da consciência crítica dos alunos através da elaboração de conceitos” (Faria, 1991, p. 55). Esses conceitos são sintetizados nos seguintes eixos: “vontade política”, enquanto reconhecimento da realidade social e cultural dos alunos; “linguagem e alfabetização”, com base no conceito “ler o mundo”, de Paulo Freire; “democratização das relações de poder dentro da escola com a composição de uma Direção Colegiada”; “avaliação”, com metodologia e caráter coletivos suplantando o modelo unilateral tradicional; “essencialização dos conteúdos e interdisciplinaridade”, enquanto padronização mínima na grade curricular; e, “treinamento permanente dos professores” (*Ibidem*, p. 46).

Os exemplos da proposta política pedagógica progressista dos CIEPs são infinitos, fazendo surgir reflexões como: “Lev Vygotsky, com sua concepção das relações entre a psique

humana e cultura é outro pensador que está por trás do projeto pedagógico de Darcy Ribeiro para os CIEPs, e particularmente da proposta do animador cultural” (Fernandes, 2020, p. 253), o que reforça que o termo chave dessa política pedagógica com referência no intelectual Paulo Freire, o “ler o mundo”, que se caracterizava pela abrangência do reconhecimento da realidade social e da cultura nacional, indo contra os modelos produtivista, da década de 1970, e neoprodutivista, da década de 1990, com perfis de ensino tecnicistas e mercadológicos.

Lia Faria (1991) ressalta que a implantação do Projeto CIEP deveria ter duas fases: a primeira, de Planejamento e Discussão, entre 1983 e 1985, e a segunda, de implantação, que deveria ocorrer entre 1985 e 1988. Em 1987, porém, ocorreu o que a autora denominou “descaminho” do programa, ocasionado pela desfiguração das propostas pedagógica e orçamentária decorrente da derrota eleitoral de Darcy Ribeiro, PDT, para o Moreira Franco, do PMDB, para o governo do estado do Rio de Janeiro entre 1987 e 1991. Conforme a autora, no governo de Moreira Franco, os CIEPs deixaram de ter orçamento próprio, passaram a funcionar com mais de um turno e houve desvio de funcionalidade da capacitação dos professores: “o argumento de descaracterizar o CIEP como ‘rede paralela’ levou à proposta de interligá-lo ao Programa de Capacitação” (Faria, 1991, p. 38), situação que impediu, na prática, a permanência da equipe, garantindo apenas a institucionalização do CIEP com algumas propostas curriculares na rede de ensino, mas não o programa em sua plenitude.

No âmbito das críticas, em diferentes setores, a problemática em torno da gestão do I PEE-CIEP ganhou corpo, sendo uma das mais fortes, ao ponto de adquirir o caráter de “rede paralela”, pois não atendia a toda a rede oficial do Rio de Janeiro. No esteio da discussão, surgiam as críticas pelo viés conservador, respaldadas no federalismo autoritário e objetivando o fortalecimento das deturpações clientelistas<sup>13</sup>. Enquanto isso, o governo Leonel Brizola denunciava e se justificava pelo altíssimo nível de precarização do ensino, realidade visível em prédios escolares apelidados pela própria população de “barracões”, segundo Ribeiro (1984). Ou seja, problemática que entra no tema e fato institucional de que, na origem do Projeto CIEP, a municipalização do ensino ainda não era uma prerrogativa da legislação da educação na Constituição. A educação pública vivia sob a égide da LDB nº 5.692/71, implantada pelo Regime Militar, que tinha, entre outras características, a centralização e a verticalização do

<sup>13</sup> No Rio de Janeiro de meados da década de 1960 e, ao longo dos anos 1970, a mais sólida expressão do clientelismo veio a ser o “chaguismo”, ou seja, a predominância política da corrente política liderada por Chagas Freitas, jornalista e governador do Estado da Guanabara (1971-1975) e do Rio de Janeiro (1979-1983). Pelo qual promovia-se “chefes locais” com relações de clientela através do aparelho público, onde nem mesmo a vaga escolar escapava (FARIA, 2011).

ensino. Além disso, naquele período, os governadores indicavam os prefeitos (as eleições municipais só retornam em 1985), demonstrando, até mesmo por uma questão de agenda política, que não houve tempo hábil para medida de municipalização do ensino no primeiro governo de Leonel Brizola.

Com as possibilidades legais proporcionando, de forma democrática, a municipalização do ensino fundamental, os CIEPs localizados na cidade do Rio de Janeiro passaram à gestão direta do poder municipal; porém, dadas as alterações promovidas pelo governo de Moreira Franco na gestão do I PEE-CIEP, criaram-se as condições para uma ruptura estrutural e pedagógica. O conflito era reforçado por uma nova correlação das forças político-partidárias no Rio de Janeiro, colocando o Projeto CIEP no foco, pois era um instrumento de expressivo valor político e simbólico.

Uma sistematização dos “prós e contras” do Projeto CIEP foi apresentada no artigo de Lúcia Maurício (2006), que levanta uma série de questões críticas e avaliativas, sobretudo, da comunidade escolar, e, para demonstrar o quão a experiência do I PEE-CIEP foi paradigmática por um período, traz a temática da autocritica de Zaia Brandão referente ao seu criticismo em relação ao Projeto CIEP, reconhecendo (por relato) que: “sua reação reflete preconceitos e vícios da academia” (Brandão, *apud* Maurício, 2006, p. 57). “Zaia Brandão conclui que o CIEP representou ousadia para romper com a tradição, apesar das mazelas enfrentadas por causa da urgência da implantação” (Maurício, 2006, p. 58).

Os nexos importantes no enquadramento dos “descaminhos do I PEE”, como a crise política de 1987, as discontinuidades nas políticas públicas e a trajetória do pensamento político-pedagógico, incluídos os conteúdos das críticas, demonstraram que a problematização do I PEE-CIEP não foi somente em função do modelo de gestão e implantação. Ao contrário, expressaram um ativismo conservador na educação que apostou no “gerencialismo” institucional e na manipulação da opinião pública. A retomada do Projeto CIEP, a partir do II PEE, demonstrou sua legitimidade e aprovação pela população do Rio de Janeiro, ou seja, no dito popular, o I PEE “caiu de pé”, o mesmo ocorrendo com o II PEE, pois, em qualquer discussão sobre ensino público integral, o Projeto CIEP é mencionado.



#### 4 O conflito: Grupo Globo *versus* Projeto CIEP

As observações sobre as respectivas trajetórias do Grupo Globo e do I PEE-Projeto CIEP demonstraram que as eleições do Rio de Janeiro de 1982 foram a primeira sinalização do confronto entre o Grupo Globo e o Projeto CIEP à medida que o comportamento do primeiro se tornou visivelmente de oposição ao governo Brizola. Uma das manifestações iniciais da situação conflituosa que se prolongaria durante todo o primeiro governo de Brizola se relaciona com a crítica implícita ao I PEE-CIEP, mas, que nos momentos primeiros daquele governo, ainda se localizaria nos bastidores do campo de poder.

Essa crítica, ao menos em uma leitura preliminar, poderia indicar sinais do tradicional pragmatismo político dos dirigentes do Grupo Globo ao se verificar a declaração atribuída a Roberto Marinho no artigo<sup>14</sup> do jornalista Luiz Augusto Erthal<sup>15</sup>, publicado em 2015 com o título: “Marinho a Brizola: construir escolas está bem..., mas não precisa disso tudo... faça umas escolinhas”. Segundo referido artigo, o dirigente do Grupo Globo teria tentado fazer Brizola descartar o Projeto CIEP, buscando substituí-lo pela construção de escolas de menor porte e em menor número. Essa informação teria sido relatada pelo próprio governador ao jornalista, pois Luiz Erthal foi assessor do Poder Executivo e relator da imprensa oficial no primeiro governo Leonel Brizola. No artigo, é assinalada, ainda, a importância que assumia a disputa pela informação e o papel que era atribuído ao Diário Oficial:

Cheguei em 1984 para participar de um projeto jornalístico, cujo objetivo era criar um caderno noticioso dentro do Diário Oficial do Estado, o D.O. Notícias, como ficou conhecido, é uma estratégia para tentar enfrentar o cerco da mídia contra o governo. Fui designado pelo editor, Fernando Brito, mais tarde assessor-chefe de imprensa do governador, para cobrir as áreas de educação e esportes (Erthal, opus citado).

Pode-se ponderar que a preocupação do então governador Leonel Brizola com a imprensa ilustra, entre outros fatores, a necessidade de difundir informações sobre as políticas do governo e questões mais gerais do Rio de Janeiro por intermédio de um órgão público de imprensa. Essa preocupação estaria relacionada à situação a que órgãos estatais de comunicação, salvo pontual exceção, ficaram relegados. A iniciativa de Brizola, no âmbito da imprensa oficial, factualmente demarcava a existência do conflito com o Grupo Globo, que

---

<sup>14</sup> Publicado na primeira edição do jornal impresso *Toda Palavra*, em abril de 2015, pelo próprio Luiz Erthal. Posteriormente, foi publicado em outros canais da mídia digital, como, Tijolaço, Fórum etc.

<sup>15</sup> Luiz Erthal foi assessor e relator da imprensa oficial no primeiro governo Leonel Brizola.

teria ainda outras expressões no campo jornalístico, como a publicação sob formato de coluna de opinião, no próprio *O Globo*<sup>16</sup>, de artigos intitulados “Esclarecendo a População”, de autoria do próprio governador.

No caso das eleições de 1986, por ser a segunda eleição em que a escolha de governadores se faria pelo voto direto – e se antevia que, inevitavelmente, as futuras eleições presidenciais também seriam decididas pelo voto direto –, o Grupo Globo possivelmente estava preocupado, pois havia sofrido um desgaste por seu comportamento frente à campanha das “Diretas Já”, que poderiam ser consideradas uma espécie de “laboratório de comunicação”, no qual foi testada e aprimorada a *expertise* midiática do Grupo Globo, em especial no tocante ao jornal *O Globo*. Não só pela quantidade de matérias sobre o I PEE-CIEP, mas também pela qualidade delas, fossem reportagens ou artigos de opinião, no citado jornal se fortaleciam narrativas críticas ao Projeto CIEP e ao governo que o tinha patrocinado, desprezando o fato de que esse projeto era uma das suas principais, senão a mais importante, realizações.

A derrota do partido de Leonel Brizola na eleição de 1986 vinha a ser demonstração de que a *expertise* do Grupo Globo fora bem-sucedida, sendo alcançados os objetivos esperados pela sua direção, como descreve o próprio Roberto Marinho em declaração ao *The New York Times* em 1987. Conforme transcrito por Arêas:

Em determinado momento, me convenci que o Sr. Leonel Brizola era um mau governador. Ele transformou a cidade maravilhosa que é o Rio de Janeiro em uma cidade de mendigos e vendedores ambulantes. Passei a considerar o Sr. Brizola, daninho e perigoso, lutei contra ele. Realmente usei todas as possibilidades para derrotá-lo nas eleições (*The New York Times*, 1987, *apud* Arêas, 2012, p. 87).

Essa declaração, afora uma expressão implícita de satisfação com a vitória política alcançada, reafirma tradicionais visões sobre a pobreza e a cristalização da desigualdade social, no caso, a presente no Rio de Janeiro em meados da década de 1980. Tal desigualdade não poderia se tornar um dado visível, sendo sua aparição pública de algum modo reprimida ou ocultada e que endossaria, mesmo implicitamente, a narrativa de “governança” do candidato Moreira Franco da chapa “Aliança Popular Democrática” nas eleições de 1986.

É factível interpretar essa narrativa sobre a “governança” como compreensão superficial do processo de empobrecimento da população carioca e brasileira, em especial das classes

---

<sup>16</sup> Não por concessão de *O Globo*, mas como matéria paga ou espaço requerido pelo poder público.

populares, muito distinta das afirmações de Leonel Brizola sobre a dívida externa brasileira ser um fator impeditivo de investimentos que combateriam a pobreza crescente. Menos do que o exame de elementos de ordem estrutural geradores da pobreza, a disseminação de discursos ingênuos sobre a realidade em curso afirmava interesses dos socialmente dominantes. Afinal, além de a “Cidade Maravilhosa” ser considerada um *case* turístico mundial, era, por sua vez, também a cidade da sede do Grupo Globo.

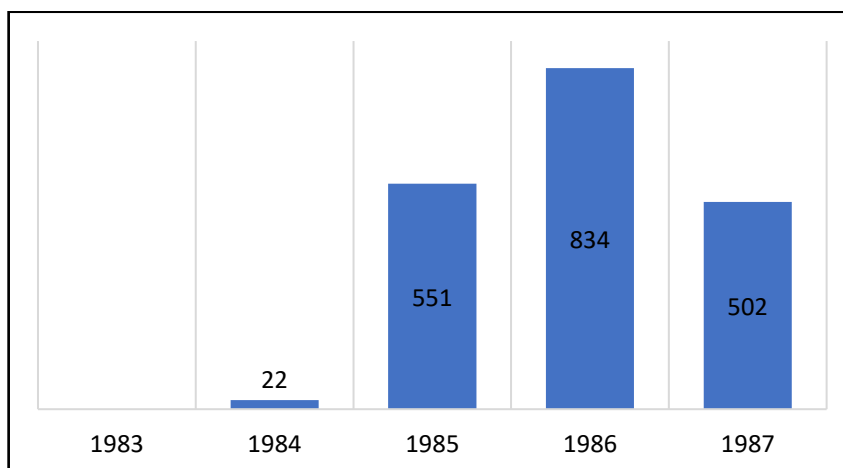
#### 4.1 Análise dos dados das notícias de *O Globo* em relação ao I PEE-CIEP

Em concordância com Fonseca (2005, p. 137), “Em verdade, toda vez que nos referimos ao jornal *O Globo*, estamos, por extensão, nos referindo ao Sistema Globo de Comunicação, o que inclui a poderosa Rede Globo de Televisão”. Isso porque o jornal é considerado o guia ideológico, a cristalização dos interesses e a compilação dos espaços sociais nos quais o Grupo Globo tem inserção ou dos quais sofre influência.

Assim, foram encontradas pela presente pesquisa 1.543 notícias do jornal *O Globo* sobre o I PEE-CIEP no período que compreende o surgimento das notícias, 25 de julho de 1984, até o último dia do primeiro governo de Leonel Brizola, 15 de março de 1987. A partir do material coletado, produziu-se um banco de dados e foram construídas categorias de análise que serviram de instrumentos para investigação e avaliação do significado das notícias integrantes. Procurou-se apreender tendências (positivas, neutras e negativas) e demonstrar a forma e os temas jornalísticos.

O Gráfico 1 apresenta a quantidade de notícias sobre I PEE-CIEP entre 1983 e 1987, objetivando indicar a dimensão proporcional que as notícias tiveram nesse período. Tal como o conjunto dos dados que serão apresentados em diversos momentos deste trabalho, eles foram obtidos em pesquisa no acervo digital do próprio *O Globo*, bastando, para isso, digitar a sigla CIEP na bússola de pesquisa do *site*. Em um primeiro momento, apresenta-se a quantificação de: 4 páginas em 1983; 28 páginas em 1984; 590 páginas em 1985; 946 páginas em 1986 e 552 páginas em 1987. No Gráfico 1, verifica-se que há uma pequena redução no número de páginas pelo fato de terem sido conferidas e, em algumas situações, apresentarem falhas técnicas como páginas repetidas, ou por a sigla CIEP simplesmente não estar na página ou não corresponder ao CIEP em questão.

**Gráfico 1** – Quantidade de notícias anual sobre o CIEP em *O Globo* entre 1983 e 1987<sup>17</sup>.



**Fonte:** Lemos, 2023.

Com o ilustrado no gráfico, é possível realizar observações conjunturais importantes em relação ao I PEE-CIEP: intensidade noticiosa, levando-se em conta que são dois anos preponderantes; no ano de 1983, é demonstrado que ainda não era uma ideia corrente e que o próprio Encontro de Mendes só havia acontecido em novembro daquele ano; em 1984, o tema ainda estava na órbita do planejamento e visivelmente foi evitado; em 1985, houve uma explosão de matérias em consequência da inauguração, da abertura do ano letivo e das eleições municipais; em 1986, ganhou densidade por questões como a liberação de orçamento pujante para a educação e a eleição estadual; e, no ano de 1987, ocorreu um declínio acentuado da quantidade de matérias, em um contexto de primeiro ano do governo de Moreira Franco e por não ser ano eleitoral.

Para o detalhamento e as subseqüentes classificações dos dados coletados, apresentados como categorias de análise, estabeleceu-se uma metodologia de trabalho com três “frentes”, ou seja, modos de identificação das matérias publicadas. Cabe ressaltar que a análise atribuída às matérias decorre de caráter interpretativo, salientando-se que se procurou aproximar o máximo possível do que poderia ser depreendido das referidas notícias.

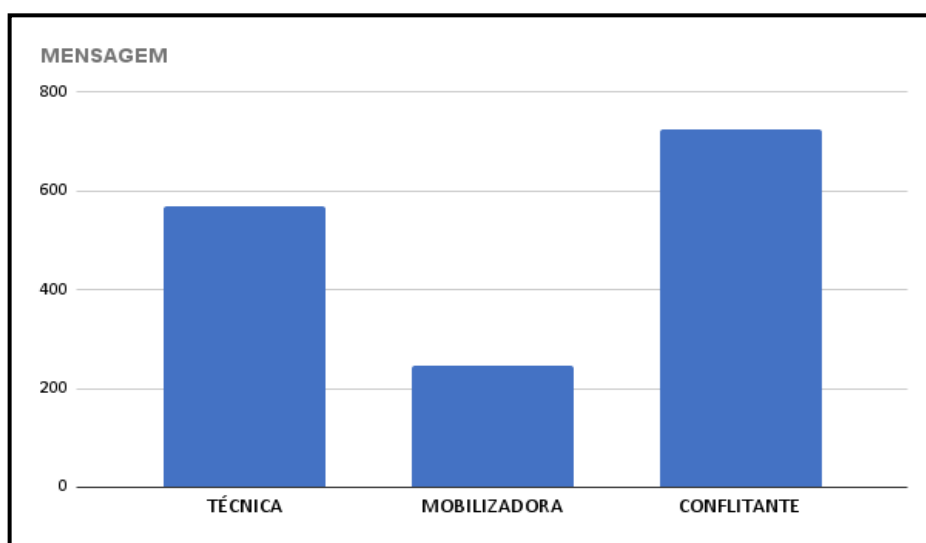
A primeira “frente” engloba a localização editorial (caderno do jornal), a tipologia editorial (se são matérias grandes, médias, curtas ou curtíssimas; ou é coluna, editorial, carta de leitor, anúncio ou menção noticiada) e se utiliza a sigla CIEP no título (exceto para menção).

<sup>17</sup> Disponível em: [acervo.oglobo.globo.com](http://acervo.oglobo.globo.com). Acesso em: 22 out. 2021.

A segunda “frente” é a classificação temática, na qual se questiona se o conteúdo das citações ao CIEP está na esfera da administração (gestão pública), do político (eleições e ideologias), da mídia que circunscreve anúncios e opiniões (exceto quando a opinião é explicitamente eleitoral, pois prescreve a esfera política), juntamente com temas que interseccionam tais conteúdos e que têm valor específico, como as esferas do funcionamento (escolar), das obras (construção civil), da diplomacia, da cultura, da pedagogia, dos concursos, das greves, do esporte, do transporte e da segurança.

A terceira e última “frente” corresponde ao tipo de mensagens, que se distinguem por serem “mobilizadoras” (qualificadoras positivamente do projeto no todo ou em parte), “técnicas” (informativas) ou “conflitantes” (desqualificadoras, apontando aspectos negativos do projeto). Esses termos foram escolhidos pelo entendimento de que o jornalismo imprimia um forte sensacionalismo na época. É sobre essa “frente” o próximo o Gráfico 2.

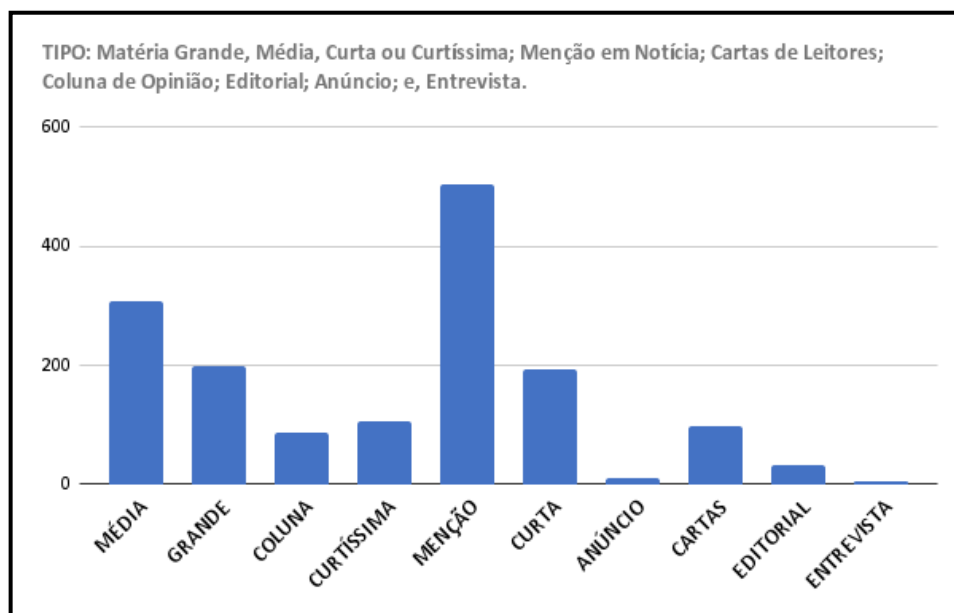
**Gráfico 2** – Proporção do tipo de “mensagem” das notícias sobre I PEE-CIEP entre 25 de julho de 1984 e 15 de março de 1987, ou seja, das 1.543 notícias.



**Fonte:** Lemos, 2023.

No Gráfico 2, fica visível o quão era denso o volume da crítica. Vale ressaltar que, entre as “mensagens” mobilizadoras, estão presentes anúncios e a coluna do governo Leonel Brizola. Em uma série histórica, é possível verificar que há uma elevação no quantitativo das “mensagens” conflitantes nos meses em que ocorreram as eleições.

**Gráfico 3** – Tipo editorial das notícias sobre o I PEE-CIEP no período correlato ao objeto.



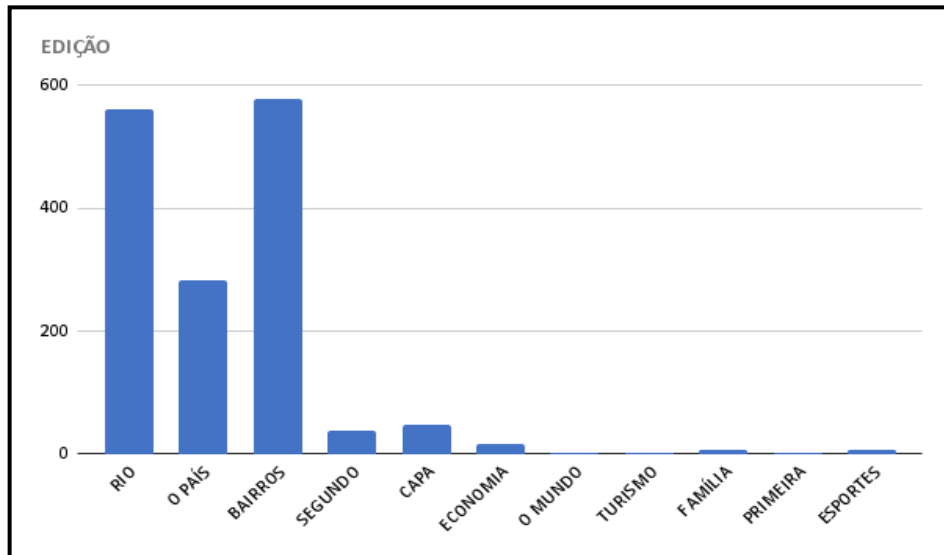
Fonte: Lemos, 2023.

No Gráfico 3, destaca-se a quantidade do item “menção” (noticiada), sendo um pouco inferior ao conjunto de “matérias” quando agrupadas por seus diferentes tamanhos. Fica explícito o grande envolvimento dos leitores por meio do item “cartas” (relativo à seção do jornal em que era publicada a opinião dos leitores sobre assuntos diversos em curtos textos). Os itens editorial, anúncio e entrevista abrangiam pequena quantidade de publicações, porém eram sempre muito enfáticos quanto à mensagem transmitida.

Em virtude de o item “menção” se referir às matérias que são fundamentalmente estratos relacionados a temas diversos, ele apresenta um destaque de ordem quantitativa, não tendo o I PEE-CIEP como notícia principal. Para registro da forma editorial, optou-se por verificar, nos outros itens do “tipo” editorial, a quantidade de títulos que utilizavam a sigla CIEP. Com isso, o item “menção” se fez presente em 503 páginas/notícias, constatando-se que, das 1.040 notícias em situações editoriais em que poderia ser utilizado o termo CIEP no título, apenas 356 o utilizaram. E, dessas, obviamente a maioria se constituía de “mensagens” conflitantes. Era o caso, por exemplo, de editoriais que empregavam destacadamente a sigla CIEP em seus títulos e o faziam buscando empregá-la como mecanismo de desqualificação do I PEE-CIEP. A leitura das matérias possibilitou que se verificasse quais termos alternativos surgiam progressivamente com maior constância quando se substituíam a sigla CIEP ou do programa governamental (I

PEE). Assim, são cada vez mais encontráveis expressões como “Brizolão” e “Escolão” para denominar as unidades escolares do programa.

**Gráfico 4** – Distribuição das matérias por localização editorial.

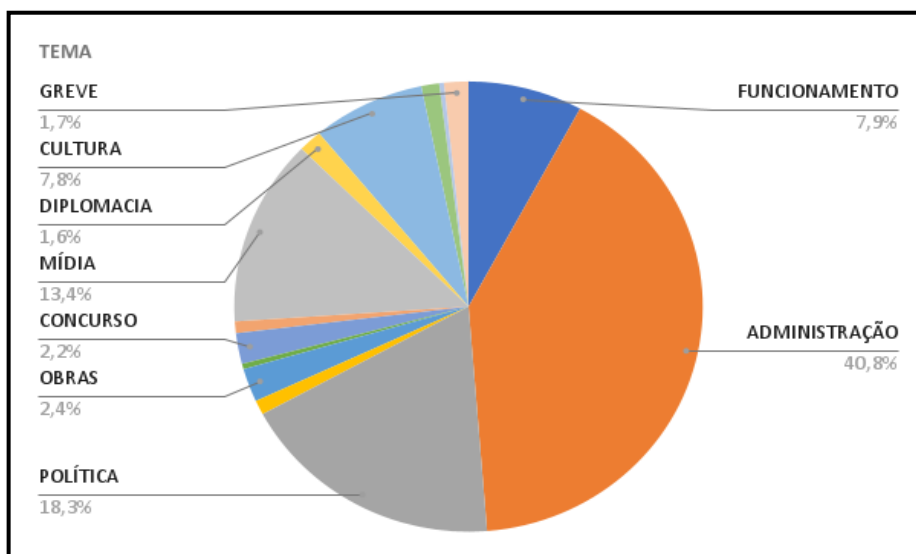


**Fonte:** Lemos, 2023.

Uma observação importante no Gráfico 4 é o fato de o caderno “Jornal dos Bairros”<sup>18</sup> ser a seção do jornal que teve o maior número de notícias sobre o I PEE-CIEP, misturando-se às demandas ou problemas cotidianos da população em relação à gestão de serviços públicos. Nesse sentido, justifica-se a presença expressiva de matérias sobre o I PEE-CIEP nessa seção jornalística, visto ser ele direcionado a locais de moradia das classes populares. Fazendo menção a “problemas” enfrentados pela população, a tendência quase natural era correlacionar os CIEPs com algum tipo de problema de ordem escolar local. Outras localizações editoriais onde havia mais notícias relativas ao projeto, como os cadernos e seções “Grande Rio” e o “O País”, apresentavam temas mais amplos do que o cotidiano imediato – como o que era publicado no “Jornal dos Bairros” – principalmente em relação à administração governamental e à política nacional. Em ambos os cadernos/seções, a maioria dos itens “mensagens” era de caráter conflitante em relação aos CIEPs.

<sup>18</sup> Caderno específico para notícias sobre assuntos pertinentes a bairros do Rio de Janeiro. Cada região, cuja composição era definida pela direção do jornal, recebia uma edição específica.

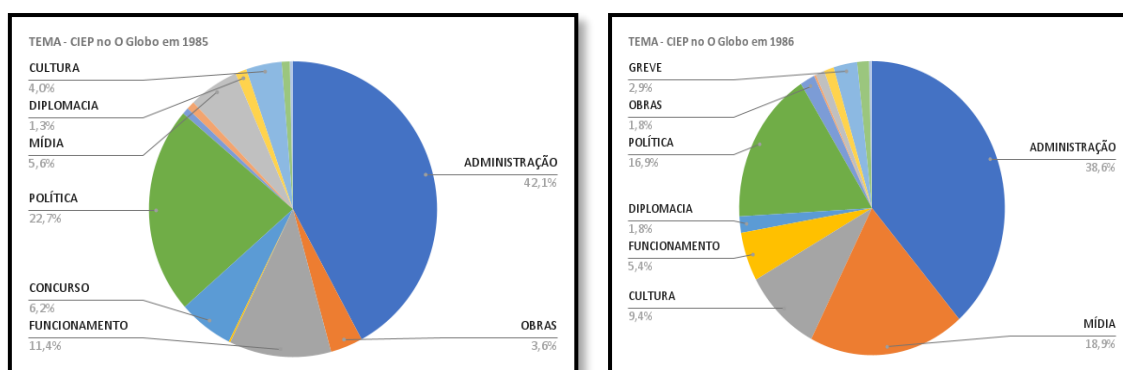
**Gráfico 5** – Proporção total do “tema” no período correlato ao objeto.



Fonte: Lemos, 2023.

O Gráfico 6 demonstra que as notícias eram centradas no tema “administração”, e uma das características observadas é que, quando se descreve o tema “mídia”, por ano, é possível verificar que ele é o segundo que mais noticiou o CIEP em 1986 e resplandece como um diferencial jornalístico com relação ao ano de 1985 pelo fato de triplicar-se em quantificação nas edições. Há, portanto, entre 1985 e 1986, modificações que se poderiam denominar “prioridades editoriais” em relação a temas como “mídia” e “política” e que repercutem justamente na participação dos “formadores de opinião”, principalmente no tipo editorial “coluna”.

**Gráfico 6** – Proporção do “tema” em proporção comparativa entre os anos 1985 e 1986.

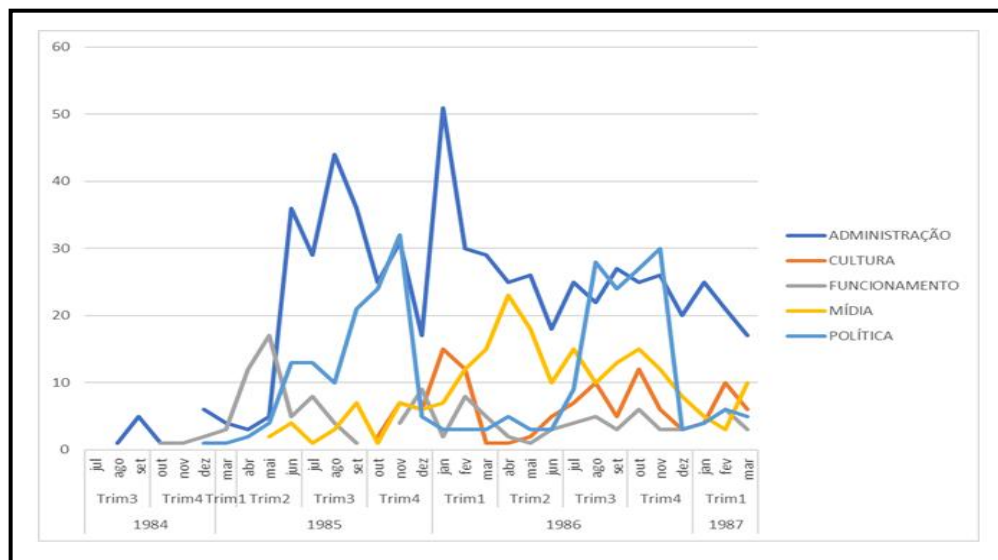


Fonte: Lemos, 2023



Uma referência do direcionamento observado pela presente pesquisa em relação aos temas “mídia” e “política” é o editorial intitulado “Radiografia dos Cieps”, de 17 de agosto de 1986, no qual se produz uma narrativa conceituando o governo estadual como centralizador e autoritário, utilizando e citando a crítica mediante o termo “rede paralela” extraído dos discursos de uma das vertentes dos movimentos sociais, e, por outro lado, emprestando o termo “radiografia” para o mais ácido colunista contra o Projeto CIEP, Edgard Clare, abertamente “lacerdista” e considerado membro da direita radical, que nomeou suas colunas durante as eleições de “Radiografia de uma Sociedade”.

**Gráfico 7** – Trajetória dos cinco “temas” mais encontrados na série histórica.



Fonte: Lemos, 2023

O Gráfico 7 demonstra a agressividade da informação, entre outras observações, vista na alteração da trajetória dos temas “administração” e “política” nos meses eleitorais, e, de modo mais distinto, o tema “mídia” apresentando menor determinação imediata, com picos tanto em meses eleitorais como não eleitorais.

Por fim, cabe o especial e curioso registro de que o tema “cultura” foi o único a destoar do teor dominante nos demais temas. Em relação a isso, encontram-se majoritariamente mensagens “mobilizadoras”, superando quantitativamente (embora por diminuta diferença) o tema “funcionamento”, crescente na série histórica, ainda que com menos prioridade, mediante as inaugurações de CIEPs e as respectivas implementações de projetos culturais.

## 5 Considerações finais

É possível registrar que o próprio *O Globo* fornece dados concretos para a confirmação da hipótese apresentada neste artigo com o referencial teórico na seção 1, que, juntamente com a análise das trajetórias, consoma positivamente a execução do objetivo geral da presente pesquisa. Nos resultados, evidencia-se um comportamento crítico nas centenas de matérias do jornal *O Globo* dirigidas ao I PEE-CIEP e em relações políticas nas quais o Grupo Globo tinha influência, demonstrando que a indústria cultural se configura como uma frente de atuação do Grupo Globo, de forma correlata a um campo social que disponibiliza expansão financeira e poder e, no qual, em termos de ramo de atividade, tem domínio nacional. Para alcançar tal objetivo, foi necessário um modelo de gestão pública voltado para o Estado mínimo em áreas estratégicas, incluindo a educação pública, e, portanto, antagônico ao Projeto CIEP. Os determinantes das críticas do Grupo Globo ao Projeto CIEP perpassam visão de mundo e de sociedade e são embasados por um conjunto de interesses particulares que pautam o setor público pela agenda do setor privado.

Nessa perspectiva, evidencia-se um determinado ativismo conservador do Grupo Globo ao Projeto CIEP em um contexto muito peculiar da economia internacional condicionada por um ambiente sociopolítico “bipolar”. Os proponentes do Projeto CIEP não só eram antagônicos com relação à visão econômica liberal, como endossavam o debate político-econômico no Brasil da década de 1980 a partir da “teoria da dependência”. Nesse sentido, pelo menos duas de suas vertentes eram parte das influências de pensamento dos proponentes do Projeto CIEP, a “dependência pela superexploração” e “dependência centro-periferia”, naturalmente antagônicos à ideia/pensamento da “dependência pela associação (ou interdependência)”. Preconizava-se, portanto, o Projeto CIEP a partir de uma gestão pública diametralmente a favor de um projeto nacional de desenvolvimento, com valorização do trabalho e em prol da integração latino-americana via um sistema político democrático.

A partir disso, torna-se mais visível o quanto uma política educacional pode contribuir para os critérios de desenvolvimento de um país, sobretudo com referência à divisão internacional do trabalho e à autodeterminação cultural dos povos, justamente pelo fato de a capacidade de um modelo de ensino público, laico e de qualidade contribuir para a alteração da dinâmica do capital doméstico e por pleitear, conseqüentemente, a superação do subdesenvolvimento, ou, ainda, a condição de periferia do capitalismo mundial.

O Projeto CIEP, para além de atender à educação pública, ampliava seu escopo institucional para outras esferas de políticas sociais (com condição em potencial para uma espécie de empresa pública), tornando-se o alvo da crítica político-midiática, reforçando a constatação de que o I PEE-CIEP surgiu como um problema para o conservadorismo e as elites pró-interdependência do capital estrangeiro. Esse comportamento era caracterizado, em termos da trajetória das políticas pedagógicas, tanto na restauração conservadora, visando ao ensino “produtivista” da década de 1970, quanto na modernização conservadora, visando ao ensino “neoprodutivista” da década de 1990. Constata-se, portanto, que o comportamento crítico do Grupo Globo ao I PEE-CIEP atuou na transição entre reivindicações e narrativas da “restauração conservadora” e da “modernização conservadora”.

Na discussão síntese da descontinuidade do I PEE-CIEP, apresenta-se uma situação que com certeza facilita estratégias de expansão do ensino privado, no qual a repercussão das “crises” políticas se dá na qualidade do ensino público, o que se pode explicitar no declínio da educação contra-hegemônica ascendida no período da redemocratização. A subsequente abertura de caminho para a educação “neoprodutivista” da década de 1990, prevista no caráter de Estado gerencial, como verifica Hypólito (2008). Ou seja, referenciada nas diretrizes do Banco Mundial, focaliza o alcance de índice de acesso e resultados, mas não de qualidade escolar e formativa, o que torna lógico pensar que o ataque da “restauração conservadora” ao I PEE-CIEP representava também a defesa de um projeto antagônico à educação popular, como, por exemplo, o modelo cívico-militar, e que historicamente desembocou na “modernização conservadora”, efetivando um modelo de educação de primado neoliberal, que, por sua vez, era antagônico ao II PEE-CIEP.

Esses elementos respondem as seguintes temáticas (objetivos) específicas, como: o enquadramento do Projeto CIEP como uma política educacional contra-hegemônica; conflito que impactou as políticas públicas e o campo educacional negativamente; a comprovação de influência do Grupo Globo não só em ações institucionais dos governos, mas também do Estado; o vislumbre do Grupo Globo na indústria cultural, em atividades que estimulam a “cultura de massas”, principalmente mediante a influência mercadológica norte-americana; o embate político direto e indireto entre o empresário Roberto Marinho e o governador Leonel Brizola; e que o Grupo Globo se dispõe indiretamente a colocar-se como referencial de formação intelectual e representar o ensino privado, inclusive antagonizando o público e o

privado, propondo políticas educacionais (públicas e privadas) contraditórias às diretrizes do Projeto CIEP.

Cabe enfatizar que a geração do banco de dados classificadores das notícias do *O Globo* sobre o I PEE-CIEP foi extremamente funcional, visto que corroborou o instrumental mais detalhado para a interpretação dos fatos via o conceito de campo social do teórico Pierre Bourdieu. Isso propiciou maior nitidez em nível de hierarquia de campos sociais e respectivas hegemonias no âmbito do poder que: o campo educacional foi fragmentado e relegado; o campo midiático foi classificatório, mobilizador e articulador; o campo político foi articulador, mobilizador e decisório; e o campo da indústria cultural foi sobre determinado pelo campo econômico, ou seja, protegido e priorizado, revelando o caráter conservador da crítica do jornalismo de *O Globo* à educação pública. O processo de declínio do Projeto CIEP é uma experiência que rebaixa o campo educacional na hierarquia de campos sociais, o que se considera extremamente importante para efeito de dominação e garantia da reprodução da ordem social hegemônica, que perpassa a restrição da ação de políticas públicas educacionais emancipatórias em nível estadual.

## Referências

- AMORIM, P. H.; PASSOS, M. H. **Plim-Plim: a peleja de Brizola contra a fraude eleitoral**. 1. ed. São Paulo: Conhad, 2005.
- ARÊAS, J. **Batalhas de O GLOBO (1989-2002): o neoliberalismo em questão**. Niterói: UFF, CEGICHF, 2012.
- BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BOURDIEU, P. **A Distinção: Crítica Social do Julgamento**. 1. reimp. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 1. ed. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **Los herederos: los estudiantes y la cultura**. 2. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2009.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. **Una invitación a la sociología reflexiva**. 1. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.

CAVALIERE, A.; COELHO, L. Para onde caminham os CIEPs? Uma análise após 15 anos. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, jul. 2003.

DANTAS, M. **A lógica do capital-informação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ERTHAL, L. “Marinho a Brizola: construir escolas está bem..., mas não precisa disso tudo... faça umas escolinhas”. **Toda Palavra**, Niterói, abr. 2015.

FARIA, L. **Chaguismo e Brizolismo: territorialidades políticas da escola fluminense**. 1. ed. Rio de Janeiro: FAPERJ: Quartet, 2011.

FARIA, L. **CIEP, a utopia possível**. 1. ed. São Paulo: Livros Tatu, 1991.

FERNANDES, M. Os centros integrados de educação pública: histórias da animação cultural. *In*: NASCIMENTO, J.; FARIA, L. (org.). **Instituições escolares: memórias e narrativas**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2020.

FONSECA, F. **O consenso forjado**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 2, 8. ed. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

HERZ, D. **A história secreta da Rede Globo**. 1. ed. Santa Maria-RS: Tchê, 1988.

HYPÓLITO, Á. Estado gerencial, reestruturação educativa e gestão da educação. **RBPAE**, v. 24, n. 1, p. 63-78, jan./abr. 2008.

LEMO, A. **O Grupo Globo e a crítica conservadora ao I PEE-CIEP: Conflitos nos campos educacional, político e da produção cultural**. 2023. 168 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2008.

MAURÍCIO, L. O que se diz sobre a escola pública de horário integral. **Cadernos Cenpec**, n. 2, 2006.

PEREIRA, B. As três interpretações da dependência. **Perspectivas**, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez., 2010.

RIBEIRO, D. **Nossa escola é uma calamidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

RIBEIRO, D. **O livro dos CIEPs**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bloch, 1986.

LEMOS, A. de S.; MASSON, M. A. C.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.

Enviado em: 02/09/2023

Aprovado em: 14/10/2024